



O PROCESSO AVALIAÇÃO: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ARTIGO ORIGINAL

CRUZ, Antonio Carlos dos Santos ¹

CRUZ, Antonio Carlos dos Santos. **O processo avaliação: Um olhar reflexivo sobre a educação de jovens e adultos.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 07, pp. 116-129. Julho de 2019. ISSN: 2448-0959

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada a todas as pessoas que não puderam concluir a escola no tempo devido, por diferentes motivos. Os educandos que frequentam a EJA são sobretudo movidos pela necessidade de sobrevivência, de forma que esta etapa educacional acaba se transformando em uma espécie de curso qualificatório de mão de obra. O presente artigo tem como meta abordar a EJA por um viés diferente, ressaltando seu valor enquanto etapa educacional, enfatizando especialmente seu processo avaliativo. Deste modo, esta pesquisa definiu como objetivos apresentar uma discussão concernente ao desenvolvimento do sistema de ensino brasileiro, com ênfase para educação popular de jovens e adultos, recorrendo para tanto aos fatos da própria história da educação nacional e realizando assim uma análise concernente a importância de um processo avaliativo bem conduzido, que visse não apenas a atribuição de notas, mas principalmente o desenvolvimento pleno do processo de ensino aprendizagem do educando e o aprimoramento das metodologias utilizadas pelos professores. Através de uma pesquisa de revisão bibliográfica de cunho qualitativo-analítico constata-se que a EJA sempre esteve a mercê dos interesses políticos, econômicos e sociais das elites que governaram o país, até o momento a

¹ Doctorado em Ciencias de la Educación e Mestre em Educação. Universidad Autónoma de Asunción (UAA).



mesma nunca recebeu do poder público a atenção e os recursos que lhe são devidos. Além disso, constata-se que para fomentar a verdadeira aprendizagem na EJA é imprescindível que a avaliação seja usada como instrumento apoiador do processo de ensino.

Palavras-chave: Ensino, adulto, avaliação.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino destinada a instrução básica de pessoas as quais, por diferentes motivos, não puderem completar seus estudos, ou ainda sequer iniciá-los, no tempo devido. Evidentemente, os indivíduos que procuram pela EJA já são adultos, e mesmo que não tenham grandes conhecimentos acadêmicos, possuem uma vida própria com responsabilidades de adulto, família, trabalho e contas a pagar. Entender o contexto vivenciado pelos alunos da EJA é fundamental para compreender as motivações que os impelem a buscar educação.

Neste contexto é preciso compreender que a principal razão que enseja a procura pelo término do ensino básico através da EJA é a necessidade. Necessidade de buscar uma melhor qualificação profissional para conseguir um posto em um mercado de trabalho saturado, marcado pelo desemprego e pelo crescimento das exigências para contratação mesmo em funções de trabalho braçal. Nesta busca pela própria sobrevivência os alunos retêm em suas mentes apenas aquilo que lhes é útil, aqueles conhecimentos que vão empregar em seu dia a dia, e acabam por descartar o restante para o limbo mental.

A EJA é sem uma dúvida uma modalidade de ensino peculiar, muitos alunos assim que satisfazem suas necessidades básicas de aprendizado e adquirem os conhecimentos que julgam necessários simplesmente vão embora, abandonam as aulas (SILVA, 2015). E tendo em vista que são indivíduos adultos, em pleno uso de suas faculdades mentais, não é possível obriga-los a permanecer na escola, sendo muito difícil fazê-los voltar. Assim, surge um questionamento fundamental: como



avaliar neste contexto? A avaliação é um dos elementos mais importantes de todo o processo de ensino aprendizagem, sendo essencial alcançar o entendimento de que sua função transcende a mera quantificação estatística para atribuição de notas.

Esta é a discussão fundamental apresentada neste artigo, cuja temática tem origem em minha tese de doutorado ainda está em desenvolvimento. Deste modo, pretende-se apresentar, através de uma revisão da literatura, os frutos colhidos até o momento com a investigação do processo avaliativo na EJA. O esforço permanente em identificar o nível de qualidade da educação escolar é uma condição imprescindível para a busca de melhorias da qualidade do ensino ofertado.

Discutir a Educação de Jovens e Adultos implica necessariamente em abordar o próprio processo histórico de formação da nação brasileira, pois perpassa questões políticas, econômicas e sociais cujas origens se encontram séculos atrás nos idos tempos do Brasil Colônia. Portanto, ao discorrer sobre uma educação voltada para jovens e adultos não é possível ignorar que tal modalidade somente existe porque há uma demanda para tal composta por pessoas que não puderam estudar quando meninos e meninas, fato que conduz quase que instintivamente a indagar quais razões foram fortes o suficiente para obrigar tantas crianças a ficarem fora da escola no tempo devido e terem de buscar pela EJA quando adultas. Portanto, os objetivos deste estudo são apresentar uma discussão concernente ao desenvolvimento do sistema de ensino brasileiro, com ênfase para educação popular de jovens e adultos, recorrendo para tanto aos fatos da própria história da educação nacional e analisar a importância de um processo avaliativo bem conduzido, que visse não apenas a atribuição de notas, mas principalmente o desenvolvimento pleno do processo de ensino aprendizagem do educando e o aprimoramento das metodologias utilizadas pelos professores.

A avaliação promove, inúmeras inquietudes em educadores de todas as etapas escolares, e a busca por um processo avaliativo que seja capaz de suprir a demanda quantitativa por notas do sistema de ensino vigente e ao mesmo tempo se vertia-se em instrumento de apoio a aprendizagem, é um questionamento que permeia a mente de muitos docentes. E todos estes fatores tornam discussões como há aqui



apresentada são imprescindíveis de serem feitas, é necessário atribuir a EJA a sua devida importância educativa, e falar sobre a relevância do processo avaliativo neste contexto é igualmente essencial.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Desde os primórdios do descobrimento do Brasil, o país sofreu com a precariedade de seu sistema de ensino que além de defasado em comparação com os modelos europeus protagonizava uma dicotomia educacional que privilegiava aos nobres, aristocratas em burguês em detrimento do restante da população. Entre os fatos encontrados durante a investigação aqui realizada, este é sem dúvida o primeiro a ser ressaltado e discutido.

Os primeiros a ministrarem aulas e implantarem um sistema de ensino em solo brasileiro foram os padres jesuítas, precisando instruir a população local, inicialmente composta por maioria indígena, na fé católica, os jesuítas fundaram as primeiras escolas onde educavam os nativos na religião ensinando para isso os rudimentos das primeiras letras e valendo-se de recursos artísticos como forma de alfabetizar/doutrinar os locais (FORTUNATO, 2015).

No período do Brasil colonial, os freis da ordem dos jesuítas dedicavam-se a catequizar indivíduos infantes e adultos, especialmente as populações indígenas, com o principal interesse de propagar a católica ao mesmo tempo em que empreendiam trabalho educativo, tendo sido somente no período imperial com o surgimento das províncias que dariam origem aos futuros estados nacionais que foram criadas as escolas noturnas onde se implementaram iniciativas voltadas a educação de jovens e adultos (NETO; MACIEL, 2008).

As profundas transformações causadas por eventos como o Humanismo renascentista, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial provocaram uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais, levando Portugal a designar Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, como seu primeiro Ministro e incumbi-lo da tarefa de reformular e organizar todo o sistema administrativo



da coroa portuguesa, fato que repercutiu de forma profunda sobre a colônia brasileira (OLIVEIRA, *et al.*, 2013).

O Marquês de Pombal instituiu diversas mudanças na estrutura de ensino, sendo uma das mais significativas foi aquela que findou com o sistema educacional de aulas régias, ou seja, retirou o controle educacional na colônia das mãos dos religiosos jesuítas e o colocou sob o domínio do Estado (SILVA; NETO, RODRIGUES, 2018).

Porém, mesmo que a finalidade da educação instaurada pelos jesuítas fosse eminentemente religiosa na prática suas escolas eram mais numerosas e seu ensino de melhor qualidade, as reformas pombalinas acabaram por promover um retrocesso na educação da então colônia lusitana, após a expulsão dos jesuítas as escolas eram poucas, os professores escassos e os materiais caros, acarretando em uma eminente exclusão da grande maioria populacional do processo de ensino (FORTUNATO, 2015).

O Brasil tendo então adquirido o status de Reino Unido de Algarves seguia sem ter uma cultura erudita estabelecida, o país carecia de toda a infraestrutura cultural a qual os reinos europeus estavam acostumados, e assim foi necessário empreender muitas modificações criando espaços como bibliotecas, museus, teatros e também realizando uma expansão educacional no país, ocasião em que foram criadas as primeiras instituições de ensino superior, as academias voltadas as ciências, artes e ao direito (TEIXEIRA, 2015).

Este fato é historicamente evidente no elitismo que imperava nas Academias recém-criadas, acessível a poucas pessoas de prestígio e dinheiro suficiente para frequentá-las e a precariedade do ensino público ofertado a população, que naqueles tempos resumia-se aos primeiros anos do que hoje é conhecido como ensino fundamental (MORGAN, *et al.*, 2014).

É imprescindível ter especial atenção as conjecturas sociais e econômicas da época, o Brasil ainda era um país assentado sobre o regime escravista e quando a Lei Aurea foi aprovada não houve a criação, em paralelo, de políticas sociais ou educacionais



que visagem garantir aos escravos libertos alguma instrução ou mesmo vagas no mercado de trabalho, todos esses aspectos fomentarem sobre maneira a ampliação do abismo social que já existia entre a elite nacional e a população mais pobre (TEIXEIRA, 2015).

Mesmo com a Proclamação da República o sistema educacional brasileiro não melhorou praticamente em nada. Os primeiros anos do novo governo republicano foram centrados em políticas voltadas a consolidação da república enquanto um sistema legítimo de governo em um país pobre onde ainda haviam muitos simpatizantes pela monarquia, aos poucos algumas reformas educacionais passaram a ser desenvolvidas, visando ampliar o número de vagas ofertadas e principalmente, formar mais professores para atuar nas escolas que estavam sendo abertas, pois havia uma grande escassez de profissionais da educação por todo o país (MEIRELLES, 2013).

Em meados do século XX muitas campanhas visando alfabetizar a população foram instauradas em todo o território brasileiro, as quais visavam especialmente os habitantes das regiões interioranas rurais que não eram alfabetizadas, muitas nunca haviam frequentado a escola, não obstante, tais campanhas não tinham nenhum grande ideal humanitário senão atender a demanda por mão de obra qualificada que a economia em transformação estava demandando (STRELHOW, 2010).

Paulo Freire foi o criador de uma concepção pedagógica única denominada de Pedagogia Libertadora. O método de Paulo Freire visava à emancipação do sujeito ao alfabetizá-lo, instrumentalizando o indivíduo para que este percebesse a si mesmo como sujeito de sua própria história e percebe-se igualmente as contradições sociais que o cercavam, tal proposta, contudo, especialmente em época de Ditadura Militar, afrontava os interesses do governo e da elite nacional que desejavam que educação continuasse a formar mão de obra maleável e obediente, o que levou Paulo Freire a ser exilado do Brasil (PEREIRA; BAPTISTA, 2017).

Esse quadro direcionado a EJA perdurou por todo o século XX e ainda perdura em muitos aspectos nas salas de aula dos alunos jovens e adultos do Brasil. A Lei de



Diretrizes e Bases da Educação, LDB/1996 transformou a EJA em modalidade da educação básica, a EJA continuou sendo orientada a atender aqueles indivíduos que não puderam concluir seus processos de estudo no tempo normal de ensino trazendo mudanças conceituais e teóricas, mas sem alterar o sentido prático da aplicação da EJA nacionalmente (TEIXEIRA, 2015).

A EJA seguiu recebendo poucos investimentos educacionais governamentais e sendo usada como forma de captar mão de obra minimamente qualificada necessária o incremento da economia nacional, o governo de Fernando Henrique Cardoso consolidou um processo educacional que já estava em curso desde a época de Fernando Collor, onde o sistema de ensino nacional passou por remodelações que em última instância visaram adequá-lo as exigências do modelo econômico liberal adotado pela classe política brasileira como modelo de consolidação nacional (CARVALHO; SANTO, 2017).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva trouxe diversos programas educacionais voltados a EJA, como o Projovem (PBA) e o Programa Brasil Alfabetizado, PROEJA, destinados a alfabetizar os jovens e adultos brasileiros, apesar de trazerem algumas melhorias ao sistema de ensino público na prática continuaram tendo como principal objetivo a capacitação profissional para inserção dos alunos da EJA no mercado de trabalho (FRIEDRICH, *et al.* 2010), pouca ou nenhuma preocupação foi destinada pelos respectivos programas e mesmo pelo governo de Lula no sentido de fornecer uma educação emancipadora e crítica ao público da EJA, transcendendo o mero escopo profissionalizante da mesma (CARVALHO; SANTO, 2017).

Ao analisar-se o quadro histórico da EJA ao longo de todo o seu desenvolvimento no Brasil percebe-se que a mesma sempre foi relegada a segundo plano pelos governos, sendo-lhe feitos investimentos governamentais apenas quando convinha aos governos que sua população fosse mais instruída com vistas a favorecer a economia nacional. Paulo Freire, um educador realmente preocupado com a emancipação dos sujeitos enquanto pessoas e seres humanos foi exilado, e mesmo após o fim do governo ditatorial os ideais de Freire nunca conseguiram se perpetuar nas políticas educacionais vigentes. Em tudo isso, quando se pergunta com quais tarefas estiveram



os docentes envolvidos desde os primórdios educacionais no Brasil várias atividades docentes surgem na mente, como ensinar, alfabetizar, disciplinar e também avaliar.

EJA: PROCESSO AVALIATIVO

O ser humano está constantemente exercendo sua habilidade avaliativa em algo, seja avaliando a outros, seja avaliando a si mesmo e sua própria vida, de forma que a capacidade de compor julgamentos avaliativos parece ser inerente a natureza humana, muitas vezes os sujeitos exercessem tal habilidade sem se quer se darem conta dela. “Avaliar significa dar valor a uma realidade com referência a uma expectativa ideal [...] É o que fazemos quando consideramos uma música bonita, um objeto pesado, uma bolsa cara, uma roupa apertada etc.” (CLOCK, 2013, p.46).

Porém, avaliar algo cotidianamente é um processo distinto de exercer avaliação em sala de aula, pois no contexto escolar o docente exerce sua capacidade de julgar sobre o processo de ensino aprendizagem de seus alunos, podendo afetar grandemente a autoestima, a motivação bem como os aspectos emocionais, afetivos e comportamentais destes (DIAS, 2015).

É imprescindível que se compreenda a importância e a amplitude do processo avaliativo em sala de aula:

Frequentemente a avaliação da aprendizagem é entendida como a aplicação de prova e exame, sendo motivo de tormenta para os alunos. Na forma que a avaliação é concebida, ela é um processo burocrático, tendo que ser traduzida em notas, conceitos ou menções. O professor dá aos alunos de forma classificatória o ônus de passar de ano a partir de determinado valor, e a cruel sentença de repetir o ano para aqueles que não conseguiram. Entender o real sentido da avaliação faz-se necessário para aqueles profissionais que buscam fazer uma avaliação que não seja uma máquina classificatória excludente (MATTOS; MACHADO, 2014, p.135).



Quando se avalia um indivíduo adulto não se deve subestimar sua inteligência, mesmo que a pessoa não possua grandes conhecimentos acadêmicos ela é um ser consciente que sabe estar sendo avaliada e é plenamente capaz de perceber quando o professor está mais preocupado em atribuir notas do que em ensinar ou principalmente, é capaz de identificar quando esta sendo menosprezada simplesmente não possuir ainda os conhecimentos que justamente veio buscar na sala de aula. “O processo de avaliação, na realidade, é indispensável na prática pedagógica. Se os educadores a utilizam adequadamente tornar-se-á um dos recursos mais importante no processo ensino-aprendizagem” (DIAS, 2015, p.100).

Os alunos do EJA compõe uma realidade educacional única, são pessoas adultas com diversas responsabilidades que habitualmente não se encontram em crianças em adolescentes, pessoas que precisam cuidar de aspectos como trabalho, família, compromissos pessoais de gente adulta, ao mesmo tempo em que se submetem a serem tuteladas educacionalmente para serem alfabetizadas. A avaliação na EJA, portanto, precisa considerar o aluno como sujeito histórico de seu próprio processo de ensino e aprendizagem, pois as pessoas que ali se encontram apesar de não possuírem conhecimentos acadêmicos são seres humanos que já contam com muita sabedoria e experiências várias de sua própria vida no mundo (ANDRIOLA, 2014).

Conforme afirma Paulo Freire:

Se a marginalidade não é opção, o homem marginalizado tem sido excluído do sistema social e é mantido fora dele, quer dizer, é objeto de violência. O homem marginalizado não é “um ser fora de”. É, ao contrário, um “ser no interior de”, em uma estrutura social em relação de dependência para com os que chamamos falsamente de seres autônomos. [...] Na realidade, estes homens analfabetos ou não – não são marginalizados. Repetimos: não estão “fora de”, são seres “para o outro”. Logo, a solução de seu problema não é converterem-se em “seres no interior de”, mas em homens que se libertam, porque não são homens à margem da estrutura, mas homens oprimidos no interior desta mesma estrutura que é responsável por esta mesma dependência. Não



há outro caminho para a humanização – a sua própria e a dos outros –, a não ser uma autêntica transformação da estrutura desumanizante (FREIRE, 1980, p. 74-75).

Portanto, é imprescindível que os critérios avaliativos da EJA sejam definidos e explicitados com clareza aos seus estudantes, e que o docente demonstre um entendimento empático da situação de seu aluno, não deixando de cumprir com suas funções docentes no que processo de avaliar, mas entendendo o educando da EJA com todas as suas particularidades que lhe são próprias oriundas de sua situação de aluno adulto (DIAS, 2015).

A educação brasileira de jovens e adultos, como demonstrado no primeiro tópico, sempre se pautou em interesses elitistas mascarados de interesses educacionais. Há um preconceito evidente com as pessoas não letradas o qual vem desde o período colonial brasileiro, muitos intelectuais, especialmente liberais como Rui Barbosa, consideravam que as pessoas analfabetas não eram como crianças incapazes de pensar e decidir por si próprios os rumos de sua vida, atribuindo um caráter assistencialista e paternalista ao processo educacional da EJA (ROMUALDO; MOREIRA, 2017).

Destaca-se que “a avaliação deve valorizar a aprendizagem onde o aluno aprenda a aprender, a saber, a questionar e a pensar de forma crítica e consciente”. (MATTOS; MACHADO, 2014, p.135). Portanto, é essencial que os docentes compreendam a importância do processo avaliativo bem sucedido:

A avaliação tem como função primeira orientar o trabalho do (a) professor (a) e o estudo dos alunos. Assim compreendida, ela se faz presente, desde o início da prática educativa, quando oferece elementos para que o (a) professor (a) possa fazer o seu planejamento. Além disso, a avaliação acompanha todo o processo educativo, orientando o docente e os alunos na busca dos objetivos planejados. [...] A avaliação da aprendizagem tem se revelado um dos grandes problemas do desenvolvimento do processo pedagógico nos diversos níveis e



modalidades de ensino. Sendo assim, seu processo exige reflexões sobre a importância de se discutir a valorização de práticas avaliativas diversificadas, que acompanhem o aluno em seus progressos e dificuldades, fornecendo indicadores para o aprimoramento do trabalho pedagógico, na perspectiva de inclusão e emancipação (CLOCK, 2013, p.46).

A grande maioria dos alunos que frequentam a EJA tem como principal motivação em fazê-lo a busca pelo aprendizado da leitura e escrita, prevalecendo nesse contexto o desejo em sanar necessidades de cunho profissionais, a segunda razão pela qual as pessoas não alfabetizadas mais procuram a EJA é a perspectiva de retomar os estudos para o crescimento pessoal, por uma sensação intrínseca de completar uma parte importante das experiências da vida que ficou faltando, aparecendo como terceira justificativa mais apresentada motivos de natureza puramente profissionalizantes (ANDRIOLA, 2014).

Conhecer esses motivos dá ao docente da EJA uma melhor perspectiva de como deve orientar seu processo avaliativo. Ao fomentar um processo de avaliação orientado para a busca de autonomia do sujeito, o professor contribui para quebrar com o preconceito e o estigma que perpassa os alunos da EJA, assumindo assim uma postura educacional que visa não apenas trazer ao aluno um certificado ou conhecimentos mínimos para sua vida profissional, mas que permita que esse adquira consciência de si próprio como sujeito e de sua importância como pessoa (ROMUALDO; MOREIRA, 2017).

A educação é o caminho base através do qual as mudanças sociais podem ser implementadas, o professor assume assim papel de destaque e suas ações tem repercussões que transcendem a sala de aula e adentram diretamente o campo das relações sociais e econômicas, mesmo culturais, assim estabelecidas. É imprescindível assim que o aluno da EJA seja visto em sua completude, entendendo-se que o aspecto da busca profissionalizante deve ser atendido, mas a EJA precisa ser muito mais do que um curso assistencialista voltado a formação de mão de obra,



precisa ser capaz de formar sujeitos pensantes, com um olhar crítica, dotados de compreensão assertiva sobre si mesmo e aquilo que lhes cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal ensinamento adquirido com a realização deste estudo diz respeito a importância da história para o entendimento dos fatos presentes, e quando se trata de educação, não é possível compreender a atual conjectura do ensino nacional sem voltar os olhos as origens deste mesmo sistema e a todo o desenvolvimento ao longo dos séculos.

Ao analisar-se este processo histórico constata-se a grande dicotomia entre o ensino popular e o ensino privado destinado a elite da sociedade, enquanto os primeiros eram minimamente educados e destinados a ser braço do mercado de trabalho, os segundos eram educados em todos os conhecimentos mais preciosos da humanidade para assim se perpetuarem no poder político, econômico e social.

O Brasil continua sendo um país marcado pelas diferenças de ordem econômica e social, e nesta dicotomia reside a finalidade e o motivo do surgimento da Educação de Jovens e adultos. Se existe a necessidade de uma etapa da educação básica destinada a adultos que já deveriam ter passado por essa fase em suas infâncias, é porque houve motivos de natureza iminentemente mais importante, motivos capazes de manter tais indivíduos fora da escola: a sobrevivência, a busca pelo próprio sustento e de suas famílias.

Mas, ao invés de lamentar o passado ou nutrir sentimentos de pena por tais indivíduos, transformando a EJA em um curso profissionalizante para que seus alunos possam alçar melhores condições de vida, é preciso olhar estes indivíduos como o que eles realmente são: sujeitos de sua própria história, se desprovidos de conhecimentos acadêmicos, repletos de sabedoria de vida, e plenamente capazes de aprender se lhes for dada uma oportunidade verdadeira de aprendizado.



Avaliar corretamente, com critérios claros, de forma qualitativa, não meramente quantitativa, é imprescindível neste contexto. É urgente que os docentes se apropriem do processo avaliativo transformando-o no que ele realmente é: uma ferramenta de apoio indispensável ao processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B. Avaliação diagnóstica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Rio de Janeiro: **Ensaio: Revista Avaliação Políticas Públicas Educacionais**, v.22, n.82, jan/mar 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a09v22n82.pdf>>. Acesso em: 03/07/2019.

ARAÚJO, J. E. N. R. **Avaliação x repetência e os reflexos do sistema educacional no desenvolvimento de adolescentes**: um estudo realizado com alunos do interior do estado de minas gerais e do interior do estado do Rio de Janeiro. Volta Redonda. Dissertação de Mestrado. Ciências da Saúde e do Meio Ambiente. Centro Universitário de Volta Redonda. 2009. 73p. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecsma/arquivos/03.pdf>. Acesso em: 11/10/2018.

CARVALHO, M. S; SANTO, A. C. O. Educação profissional na década de 1990: institucionalidades e interfaces com a reforma do ensino médio de 2017. Natal-RN: **IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional**, jul/2017. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A62.pdf>>. Acesso em: 04/07/2019.

CLOCK, D. **O processo avaliativo utilizado pelos professores da educação de jovens e adultos**. Florianópolis: Periódicos IFSC, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/viewFile/936/618>>. Acesso em: 13/09/2018.

CRUZ, A. C. S. A nova concepção de avaliação na educação de jovens e adultos – EJA. **V CEDUCE**. 2018. Disponível em:



<<http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/anais.php>>. Acesso em: 14/10/2018.

DIAS, A. S. Avaliação da aprendizagem na educação de jovens e adultos na Escola Municipal José Duarte de Azevedo: discurso e prática dos professores. Macapá, **Revista Estação Científica (UNIFAP)**, v.5, n.1, jan/jun 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/download/1356/aldeciv5n1.pdf>>. Acesso em: 04/07/2019.

FORTUNATO, I. **História da educação brasileira**: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais. São Paulo: Salta, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n57/0104-8775-vh-31-57-0909.pdf>>. Acesso em: 13/09/2018.

FRIEDRICH, M. *et al.* Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Rio de Janeiro: **Ensaio: Avaliação Políticas Públicas Educacionais**, v.18, n.67, abr/jun 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867>>. Acesso em: 04/07/2019.

FREIRE, P. & ILLICH, I. **Diálogo**. In: Seminario Invitación A Concientizar y Desescolarizar: Conversación permanente, Genebra: Atas. Buenos Aires, Búsqueda Celadec., 1975.

_____. **Conscientização**: Teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

HULTMANN, E. G., & CORRÊA, R. L. T. **Concepções de avaliação do ensino/aprendizagem na formação de professores**: primeiras aproximações de um resgate histórico. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO S/E/Eloisa%20godoy%20hultmann.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO%20S/E/Eloisa%20godoy%20hultmann.pdf)>. Acesso em: 13/09/2018.



JUNIOR, G. B. V. **A pesquisa qualitativa**. 2008. Disponível em: <http://www.cpaqv.org/metodologia/a_pesquisa_qualitativa.pdf>. Acesso em: 10/10/2018.

MATTOS, R. R; MACHADO, C. J. Análise dos instrumentos de avaliação da aprendizagem de biologia na educação de jovens e adultos (EJA) de União Da Vitória-PR. **Ensino & Pesquisa** Revista Multidisciplinar de Licenciatura e Formação Docente, v.12, n.1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/download/305/262>>. Acesso em: 04/07/2019.

MEIRELLES, E. Primeira República: um período de reformas. **Revista Nova Escola**, set. 2014. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/3444/primeira-republica-um-periodo-de-reformas>>. Acesso em: 13/10/2018.

MORGAN, D. A. R. *et al.* As políticas públicas no contexto da educação infantil brasileira. São Paulo: **Construção Psicopedagógica**, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542014000100004>. Acesso em: 15/10/2018.

MOURA, V. L P S., & SERRA, M. L. A. A. **Educação de jovens e adultos**: as contribuições de Paulo Freire. Universidade Católica Dom Bosco, 2014. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf>. Acesso em: 12/10/2018.

NEGREIROS, F. *et al.* Análise psicossocial do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos. **Psicologia em Pesquisa**, jan/jun 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v11n1/06.pdf>>. Acesso em: 11/10/2018.

NETO, A. S; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. Curitiba: **Educar**, n. 31, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>>. Acesso em: 04/07/2019.



OLIVEIRA, N. C. *et al.* **Marques de Pombal e a expulsão dos jesuítas: uma leitura do iluminismo português no século XVIII.** Unicamp, 2013. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_805_nat_oliveir@hotmail.com.pdf>. Acesso em: 11/10/2018.

PEREIRA, A. S; BAPTISTA, M. G. A. A educação libertadora de Paulo Freire e a escola sem partido. **IX Colóquio Paulo Freire**, 2017. Disponível em: <<http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/ix-coloquio/paper/viewFile/553/626>>. Acesso em: 04/07/2019.

ROMULADO, C. F; MOREIRA, J. A. S. Educação de jovens e adultos: história, políticas e experiências. **EDUCERE**, Formação de Professores, Contextos, Sentidos e Práticas, out/2017, ISSN 2176-1396. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24964_12357.pdf>. Acesso em: 03/07/2019.

SANTANA, D. C. S., SANTOS, F. M. S., & SANTOS, S. M. **EJA: breve análise da trajetória histórica e tendências de formação do educador de jovens e adultos.** Editora Realize, 2012. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/28e93eb53881513e51959a43ae232800_1862.pdf>. Acesso em: 13/10/2018

SILVA, H. F. As causas da evasão escolar: um estudo de caso numa unidade de ensino da rede municipal de Itupiranga - Pará nos anos de 2013 e 2014. Curitiba: **EDUCERE, XII Congresso Nacional de Educação**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20957_11234.pdf>. Acesso em: 10/10/2018.

SILVA, E. L., & MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. Disponível em:



<https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 10/10/2018.

SILVA, A. R.; NETO, J. C. S.; RODRIGUES, K. G. F. C. Estrutura e Funcionamento do Ensino no Período Pombalino no Brasil. **ID Online Revista Multidisciplinar**, v.12, n.41, 2018. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/1247/1817>>. Acesso em: 04/07/2019.

SCHRAM, S. C.; CARVALHO, M. A. B. **O pensar educação em Paulo Freire: por uma pedagogia de mudanças.** Dia a Dia Educação. 2015 Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>>. Acesso em: 15/10/2018.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Campinas: **Revista HISTEDBR On-line**, n.38, jun/2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf>. Acesso em: 04/07/2019.

Enviado: Maio, 2019.

Aprovado: Julho, 2019.